

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ELIANE S.A. – REVESTIMENTOS
CERÂMICOS**



ENTRE

ELIANE S.A. - REVESTIMENTOS CERÂMICOS

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

E

FIADORES IDENTIFICADOS A SEGUIR

**DATADA DE
18 DE MARÇO DE 2014**

[Handwritten signatures and initials]
ES
PA
1. Day

Custas: R\$
Total 915,13Em 647,03-FET3 132,92-8PD 17,60-PM 11,27-AC 0,22-FUNAPERJ
32,35-FUNAPERJ 32,35-FUNAPERJ 25,88
Registrado e digitalizado em 28/03/2014

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ELIANE S.A. – REVESTIMENTOS
CERÂMICOS**



Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. ELIANE S.A. - REVESTIMENTOS CERÂMICOS, sociedade por ações, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Maximiliano Gaidzinski, n.º 245 - Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 86.532.538/0001-62, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (“JUCESC”) sob o NIRE 42300003093, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

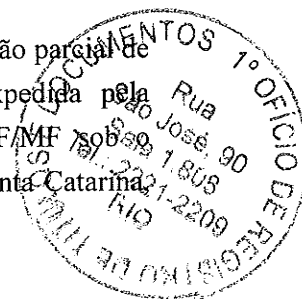
B. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da 1.ª Série (conforme definidas abaixo) (“Debenturistas da 1.ª Série”) e dos titulares das Debêntures da 2.ª Série (conforme definidas abaixo) (“Debenturistas da 2.ª Série”) e, em conjunto com os Debenturistas da 1.ª Série, “Debenturistas”);

C. MAX – ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, na Rua Maximiliano Gaidzinski, n.º 245, sala 18, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.463.695/0001-75, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCESC sob o NIRE 42200350131, neste ato representada nos termos de seu contrato social (“Fiador Pessoa Jurídica”);

D. EDSON GAIDZINSKI JÚNIOR, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, economista, portador da cédula de identidade RG n.º 332.424, expedido pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o n.º 560.314.599-49, residente e domiciliado na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na Rua Santo Antônio, n.º 414, apartamento 101, Ed. Césares (“Fiador Pessoa Física”, e, em conjunto com o Fiador Pessoa Jurídica, “Fiadores”, e os Fiadores, em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, “Partes” ou, isoladamente, “Parte”);

E, como cônjuge de Edson, expressamente anuindo com a outorga da Fiança (conforme definida abaixo):

E. SARAH JUNQUEIRA BARBOUR GAIDZINSKI, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, agropecuarista, portadora da cédula de identidade RG n.º 510.315, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, inscrita no CPF/MF n.º 059.671.309-69, residente e domiciliada na Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, na Rua Santo Antônio, n.º 414, apartamento 101, Ed. Césares;



celebram o presente “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Eliane S.A. - Revestimentos Cerâmicos” (“Escritura” ou “Escritura de Emissão”), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO SOCIETÁRIA

1.1 A emissão das Debêntures (conforme definidas abaixo), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações” e “Emissão”, respectivamente), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei do Mercado de Valores Mobiliários”), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”), a outorga das Garantias (conforme definidas abaixo), e a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia (conforme definidos abaixo) e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

- (i) da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 12 de fevereiro de 2014 (“RCA da Emissora”);
- (ii) da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 13 de fevereiro de 2014 (“AGE da Emissora”);
- (iii) da reunião de sócios do Fiador Pessoa Jurídica realizada em 13 de fevereiro de 2014 (“Reunião de Sócios do Fiador Pessoa Jurídica”); e
- (iv) da reunião do conselho de administração da Céramus Bahia S.A. – Produtos Cerâmicos (“Céramus”) (“RCA da Céramus”) realizada em 13 de fevereiro de 2014.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta, a outorga das Garantias (conforme definidas abaixo) e a celebração desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Distribuição, serão realizadas com observância dos requisitos abaixo.

[Handwritten signatures and initials]
3

2.1.1 Arquivamento e Publicação

2.1.1.1 A RCA da Emissora foi arquivada na JUCESC em 27 de fevereiro de 2014 e publicada no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina (“DOESC”) e no jornal “Jornal da Manhã” em 19 de março de 2014, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 A AGE da Emissora foi arquivada na JUCESC em 28 de fevereiro de 2014 e publicada no DOESC e no jornal “Jornal da Manhã” em 11 de março de 2014, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.3 A Reunião de Sócios do Fiador Pessoa Jurídica foi arquivada na JUCESC em 27 de fevereiro de 2014.

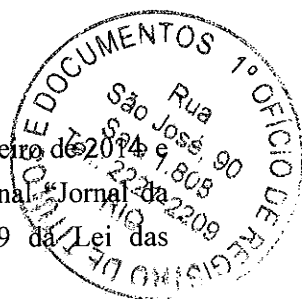
2.1.1.4 A RCA da Céramus será arquivada na Junta Comercial do Estado da Bahia (“JUCEB”) e publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia (“DOEBA”) e no jornal “Tribuna da Bahia”, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.5 Os atos societários que sejam relacionados à Emissão e eventualmente venham a ser praticados após o registro desta Escritura serão igualmente arquivados e publicados nos competentes órgãos e jornais mencionados nesta Cláusula 2.1.1.

2.1.2 Inscrição e Registro desta Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESC, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3.º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que a Emissora entregará uma via arquivada desta Escritura de Emissão ao Agente Fiduciário no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definido abaixo) após a data do efetivo registro.

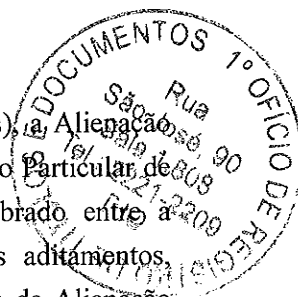
2.1.2.2 Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 4.10 abaixo, de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura de Emissão será registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, da Comarca da Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e seus eventuais aditamentos serão averbados à margem dos registros acima, sendo que a Emissora entregará uma via desta Escritura de Emissão ou de seus aditamentos, registrada ou averbada, conforme o caso, em cada cartório, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis após a data do efetivo registro ou averbação, restando claro que os respectivos registros ou averbações poderão ser feitos em vias distintas da presente Escritura de Emissão.



[Handwritten signatures and initials]

2.1.3 Constituição da Alienação Fiduciária

2.1.3.1 Observado o disposto na Cláusula 4.11.1 abaixo (e subcláusulas), a Alienação Fiduciária (conforme definida abaixo) será formalizada por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Alienação Fiduciária de Imóveis em Garantia”, a ser celebrado entre a Emissora, a Céramus e o Agente Fiduciário (tal contrato e seus eventuais aditamentos, “Contrato de Alienação Fiduciária”), e será constituída, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, mediante seu registro em cada competente cartório de registro de imóveis dos Imóveis Alienados Fiduciariamente (conforme definidos abaixo), para averbação da Alienação Fiduciária nas matrículas dos Imóveis Alienados Fiduciariamente, de acordo com o prazo previsto para registro do Contrato de Alienação Fiduciária constante desta Escritura.



2.1.4 Constituição da Cessão Fiduciária

2.1.4.1 Observado o disposto na Cláusula 4.11.2 abaixo (e subcláusulas), a Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) será formalizada por meio do “Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia”, a ser celebrado entre a Emissora, a Céramus e o Agente Fiduciário (tal contrato e seus eventuais aditamentos, “Contrato de Cessão Fiduciária” e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária, “Contratos de Garantia”), e será constituída, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, mediante o registro do Contrato de Cessão Fiduciária nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, da Comarca da Cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o prazo previsto para registro do Contrato de Cessão Fiduciária constante desta Escritura.

2.1.5 Dispensa de Registro da Oferta na CVM

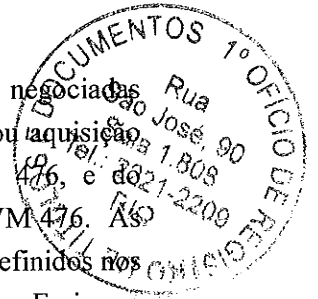
2.1.5.1 A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6.º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição de valores mobiliários com esforços restritos de colocação.

2.1.6 Registros na CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”)

2.1.6.1 As Debêntures (conforme definidas abaixo) objeto da presente Oferta serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e (b) observado o disposto na Cláusula 2.1.6.2 abaixo, negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures objeto da presente Oferta custodiadas eletronicamente na CETIP.

Handwritten signatures and initials:
Lup
ES
5
AT

2.1.6.2 As Debêntures (conforme definidas abaixo) somente poderão ser negociadas por meio do CETIP21 depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados"), exceto se a Emissora obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.



2.1.7 Registro da Oferta pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.1.7.1 A Oferta será registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafos 1º e 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários" atualmente em vigor, exclusivamente para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que expedidas as diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 Conforme art. 3.º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a fabricação de produtos cerâmicos, tais como azulejos, pisos, peças refratárias e outros e a comercialização dos mesmos, atividade de comércio atacadista de revestimentos cerâmicos e outros materiais de construção, adquiridos no mercado interno e/ou no exterior, fabricação de embalagens de papelão, produção de impressos e serviços gráficos, manutenção de curso técnico em cerâmica, exploração de jazidas minerais em geral, transporte de cargas em geral, especialmente de insumos, combustíveis e produtos acabados e outras atividades que direta e indiretamente atendam aos interesses sociais, inclusive importação e exportação, além da representação comercial de terceiros, bem como participar do capital de outras sociedades, como sócio, quotista ou acionista, mesmo que de outros setores econômicos, mediante recursos próprios e de incentivos fiscais, através da Diretoria, autorizada previamente pelo Conselho de Administração.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em 2 (duas) séries.

Handwritten signatures and initials. There is a large signature that looks like "Lep" and another that looks like "P. 6" with a signature "A" next to it. There are also some other initials and marks.

3.4 Montante Total da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de até R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).



3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas até 13.000 (treze mil) debêntures, sendo até 7.800 (sete mil e oitocentas) debêntures da 1.ª (primeira) série ("Debêntures da 1.ª Série") e até 5.200 (cinco mil e duzentas) debêntures da 2.ª (segunda) série ("Debêntures da 2.ª Série") e, em conjunto com as Debêntures da 1.ª Série, "Debêntures").

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Liquidante na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10.º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Escriturador Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

3.7 Destinação dos Recursos

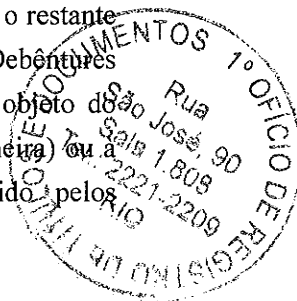
3.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados para o refinanciamento do passivo da Emissora.

3.8 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.8.1 As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do "Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Primeira Emissão Pública da Eliane S.A. - Revestimentos Cerâmicos" ("Contrato de Colocação"), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder "Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'Ley' and other initials like 'ES' and 'A'.

colocação para 12.000 (doze mil) Debêntures e sob regime de melhores esforços para o restante das Debêntures, tendo como público alvo Investidores Qualificados. As 1.000 (mil) Debêntures que não serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação, que serão objeto do regime de melhores esforços de que trata esta Cláusula poderão pertencer à 1.^a (primeira) ou a 2.^a (segunda) séries, conforme seja o caso, e conforme venha a ser definido pelos Coordenadores no decorrer da Oferta.



3.8.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, os Coordenadores poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme definido nesta Escritura.

3.8.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados, e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.8.4 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

3.8.5 Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica, sem prejuízo da possibilidade de colocação das Debêntures com ágio ou deságio.

3.8.6 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.

4.1.2 *Data de Emissão*

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 10 de março de 2014 ("Data de Emissão").



4.1.3 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.3.1 Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos das Cláusulas 5.1, 5.2 e 5.3 abaixo, o prazo das Debêntures será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de março de 2019 ("Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento de todas as Debêntures que ainda estejam em circulação pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será reconhecido como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP o extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP.

4.1.6 *Conversibilidade*

4.1.6.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.7 *Espécie*

4.1.7.1 As Debêntures da 1ª Série serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e, após a constituição da Alienação Fiduciária, nos termos da Cláusula 4.11.1 abaixo (e subcláusulas), as Debêntures da 1ª Série serão automaticamente convoladas em espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, as Debêntures da 1ª Série serão garantidas pela Fiança, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo.

[Handwritten signatures and initials]

4.1.7.1.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.1.7.1, as Partes obrigam-se a, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de constituição da Alienação Fiduciária, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão e, caso necessário, aos Contratos de Garantia, sem necessidade de realização de assembleia geral de Debenturistas, para alterar a espécie das Debêntures da 1ª Série para a espécie com garantia real.

4.1.7.2 As Debêntures da 2ª Série serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, consistindo na Cessão Fiduciária, nos termos da Cláusula 4.11.2 abaixo (e subcláusulas). Adicionalmente, as Debêntures da 2ª Série serão garantidas pela Fiança, nos termos da Cláusula 4.10 abaixo.

4.2 Subscrição

4.2.1 Prazo de Subscrição

4.2.1.1 Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir do início de sua distribuição, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

4.2.2 Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização

4.2.2.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional (“Data de Integralização”) pelo Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definido abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a respectiva Data de Integralização.

4.3 Direito de Preferência

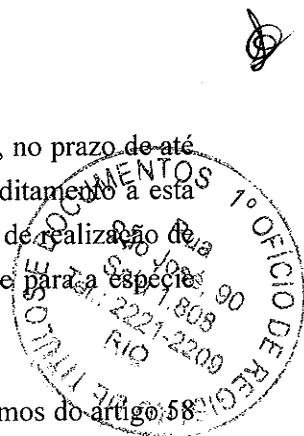
4.3.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

4.4 Atualização do Valor Nominal Unitário

4.4.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

4.5 Remuneração

4.5.1 Juros Remuneratórios das Debêntures



4.5.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 5,25% (cinco inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa" e, em conjunto com a Taxa DI, "Juros Remuneratórios"), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão, ou da data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

4.5.1.2 Os Juros Remuneratórios das Debêntures serão pagos trimestralmente pela Emissora, no dia 10 (dez) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano até a Data de Vencimento, sendo que o 1.º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures ocorrerá em 10 de junho de 2014.

4.5.2 *Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios*

4.5.2.1 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos na data de seu efetivo pagamento, calculados com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo,

exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo “ n_{DI} ” um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “ n_{DI} ”; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem “ k ”, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

onde:

$spread = 5,2500$;

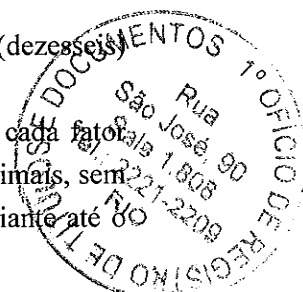
n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “ n ” um número inteiro;

4.5.2.2 Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

- (i) o fator resultante da expressão $1 + (TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $1 + (TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.



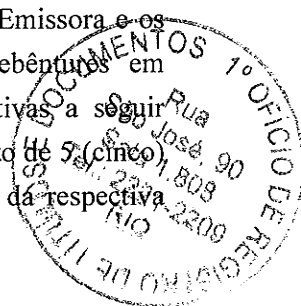
4.5.2.3 Observado o disposto na Cláusula 4.5.2.4 abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) contados da ciência de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.5.2.4, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), para definir, de comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescido dos percentuais ou sobretaxas aplicáveis, de forma *pro rata temporis* desde a data do evento (na qual a Taxa DI foi extinta, ou tornou-se indisponível ou ausente) até a data da definição ou aplicação, conforme o caso, do novo parâmetro, a ser definido em Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.5 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) de que trata a Cláusula 4.5.2.4 acima, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI divulgada passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

Handwritten signatures and initials:
- A large signature on the left.
- The word "Luf" written vertically on the right.
- Initials "es" and "A" at the bottom right.

4.5.2.6 Caso na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) de que trata a Cláusula 4.5.2.4 acima não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, a alternativa escolhida:



- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios, será utilizado o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar um cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada *pro rata* entre os titulares das Debêntures em circulação. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada a remuneração definida pelos Debenturistas reunidos na Assembleia Geral de Debenturistas referida acima, prevalecendo a taxa que tiver o maior número de votos dos Debenturistas presentes. A taxa de remuneração substituta definida nos termos da presente Cláusula deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros Remuneratórios em vigor. Caso a respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme definidos abaixo), essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI.

4.6 Repactuação Programada

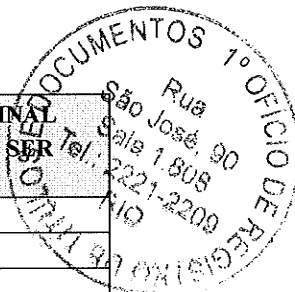
4.6.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.7 Amortização

Handwritten signatures and initials, including "Nereed", "es", and "Luf", along with the number 14 and a signature.

4.7.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação será amortizado trimestralmente, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
10 de março de 2015	5,8800%
10 de junho de 2015	5,8800%
10 de setembro de 2015	5,8800%
10 de dezembro de 2015	5,8800%
10 de março de 2016	5,8800%
10 de junho de 2016	5,8800%
10 de setembro de 2016	5,8800%
10 de dezembro de 2016	5,8800%
10 de março de 2017	5,8800%
10 de junho de 2017	5,8800%
10 de setembro de 2017	5,8800%
10 de dezembro de 2017	5,8800%
10 de março de 2018	5,8800%
10 de junho de 2018	5,8800%
10 de setembro de 2018	5,8800%
10 de dezembro de 2018	5,8800%
Data de Vencimento	Saldo Devedor



4.8 Condições de Pagamento

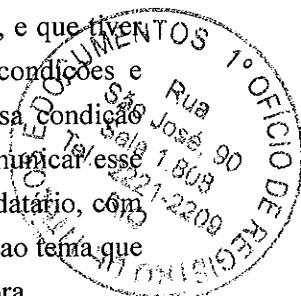
4.8.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.8.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures, bem como quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, nos termos desta Escritura e/ou de quaisquer dos Contratos de Garantia, serão efetuados: (i) pela Emissora, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário, aos Juros Remuneratórios, a prêmio de resgate antecipado e aos Encargos Moratórios e Multa (conforme definido abaixo), e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Emissora, nos demais casos, por meio do Escriturador Mandatário ou na sede da Emissora, conforme o caso; ou (iii) pelos Fiadores, em qualquer caso, por meio do Escriturador Mandatário ou na sede ou domicílio dos Fiadores, conforme o caso.

4.8.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante ou ao Escriturador Mandatário, conforme o caso, com cópia para a Emissora, até 10 (dez) Dias Úteis (conforme definidos abaixo) antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

[Handwritten signatures and initials]

4.8.1.2.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e/ou pela Emissora.



4.8.2 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos*

4.8.2.1 Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil (conforme definido abaixo) imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

4.8.3 *Prorrogação dos Prazos*

4.8.3.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, até o primeiro Dia Útil (conforme definido abaixo) subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com um dia que não seja Dia Útil, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

4.8.3.2 Entende-se por “Dia Útil” (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, e que não seja sábado ou domingo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura de Emissão não vier acompanhada da indicação de “Dia Útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

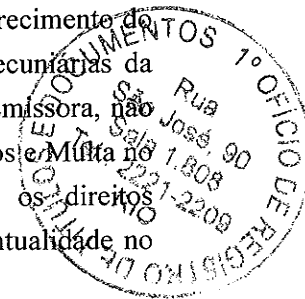
4.8.4 *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.4.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios e Multa”).

4.8.5 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

Handwritten signatures and initials:
P
16
A

4.8.5.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.4.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios e Multa no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impuntualidade no pagamento.



4.9 Publicidade

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no DOESC e no jornal "Jornal da Manhã", conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais. A Emissora, desde que em conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis, poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso aos Debenturistas, no jornal a ser substituído.

4.10 Garantia Fidejussória

4.10.1 Para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras, assumidas nesta Escritura, os Fiadores, por este ato e na melhor forma de direito, prestam fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, como fiadores e principais pagadores, pelo fiel, pontual e integral cumprimento de todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura, ao pagamento de todos os valores principais ou acessórios, devidos nos termos desta Escritura, incluindo: (i) o saldo devedor do Valor Nominal Unitário, Juros Remuneratórios e Encargos Moratórios e Multa, devidos nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura; bem como (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais e extrajudiciais e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas diretamente pela Emissora no âmbito de qualquer processo judicial, administrativo ou arbitral bem como no âmbito da Emissão, necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura ("Obrigações Garantidas").

4.10.2 Cada um dos Fiadores declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiador e principal pagador das Obrigações Garantidas, solidariamente responsável com a Emissora, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil").

Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and the initials 'Ley', 'er', and 'A'.

4.10.3 Todo e qualquer pagamento realizado pelos Fiadores em relação à Fiança ora prestada será efetuado nos mesmos termos e condições dos pagamentos realizados pela Emissora em decorrência de suas obrigações assumidas no âmbito da presente Emissão e da emissão das Debêntures, sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.1.1 acima.

4.10.4 O valor correspondente às Obrigações Garantidas será pago por cada um dos Fiadores em até 3 (três) Dias Úteis após notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas aos Fiadores, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações decorrentes desta Escritura. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures após, respeitados os prazos de cura previstos nesta Escritura, a ocorrência da falta de pagamento pela Emissora de qualquer valor devido nas datas de pagamento definidas nesta Escritura ou quando do vencimento antecipado das Debêntures.

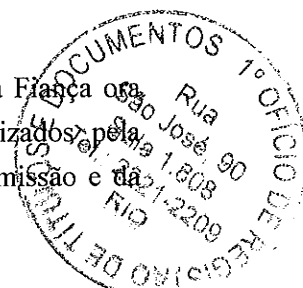
4.10.5 Os Fiadores expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.10.6 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelos Fiadores com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.10.7 Os Fiadores sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.10, observado, entretanto, que os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos da Fiança somente após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura.

4.10.7.1 Os Fiadores concordam e se obrigam a, caso recebam qualquer valor da Emissora em decorrência de qualquer valor que tiverem honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

4.10.8 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário ou pelos titulares das Debêntures, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas.



4.11 **Garantias Reais**

4.11.1 *Garantia das Debêntures da 1.ª Série – Alienação Fiduciária*

4.11.1.1 As Debêntures da 1.ª Série serão garantidas, ainda, por alienação fiduciária de cada um dos imóveis de titularidade da Emissora e da Céramus identificados no Contrato de Alienação Fiduciária ("Imóveis Alienados Fiduciariamente"), de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Alienação Fiduciária ("Alienação Fiduciária").

4.11.1.2 Nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária, a Emissora e a Céramus obrigaram-se, de forma solidária, em cada Data de Referência (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária), a manter, na Alienação Fiduciária, Imóveis Alienados Fiduciariamente, em Valor Agregado (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária) correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1.ª Série em circulação ("Percentual da Alienação Fiduciária").

4.11.1.3 As disposições relativas à Alienação Fiduciária e ao Percentual da Alienação Fiduciária estão descritas no Contrato de Alienação Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.

4.11.2 *Garantia das Debêntures da 2.ª Série – Cessão Fiduciária*

4.11.2.1 As Debêntures da 2.ª Série serão garantidas, ainda, por cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de titularidade da Emissora e da Céramus identificados no Contrato de Cessão Fiduciária ("Créditos Cedidos Fiduciariamente"), de acordo com os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária", e, em conjunto com a Fiança e a Alienação Fiduciária, "Garantias").

4.11.2.2 Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, a Emissora e a Céramus, obrigaram-se, de forma solidária, em cada Data de Referência (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), a manter, na Cessão Fiduciária, Créditos Cedidos Fiduciariamente, em Valor Agregado (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) correspondente a, no mínimo, 125% (cento e vinte e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2.ª Série em circulação ("Percentual da Cessão Fiduciária").

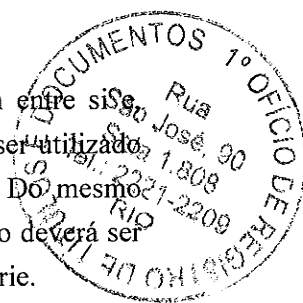
4.11.2.3 As disposições relativas à Cessão Fiduciária e ao Percentual da Cessão Fiduciária estão descritas no Contrato de Cessão Fiduciária, o qual é parte integrante, complementar e inseparável desta Escritura de Emissão.



[Handwritten signatures and initials]

4.11.3 *Garantias Separadas*

4.11.3.1 A Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária não se comunicam entre si. Portanto, uma vez excutada a Alienação Fiduciária, o montante arrecadado deverá ser utilizado apenas para o pagamento das obrigações referentes às Debêntures da 1.ª Série. Do mesmo modo, uma vez excutada a Cessão Fiduciária, o montante correspondente arrecadado deverá ser utilizado apenas para o pagamento das obrigações referentes às Debêntures da 2.ª Série.



4.11.4 *Registro dos Contratos de Garantia*

4.11.4.1 Em adição ao disposto nas Cláusulas 2.1.3 e 2.1.4 acima, os Contratos de Garantia deverão ser levados a registro, às expensas da Emissora, nos prazos previstos nos referidos Contratos de Garantia.

4.11.4.2 Caso a Emissora não cumpra as obrigações previstas nos Contratos de Garantia com relação aos registros, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, de forma irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, promover os referidos registros, em nome e às expensas da Emissora, nos Contratos de Garantias, observado que a Emissora ressarcirá todas e quaisquer despesas, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Cessão Fiduciária, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.

5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DA OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA FACULTATIVA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 2.1.6.2 acima, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por meio de comunicação ao Agente Fiduciário, por preço igual ou inferior ao de seu Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, ou por preço superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido e conforme o disposto no parágrafo 3.º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso. As Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e

Handwritten signatures and initials:
Luy
es
A

quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.2 Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, Resgate Antecipado Facultativo e Amortização Extraordinária Facultativa



5.2.1. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

5.2.1.1 A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, realizar oferta facultativa de resgate antecipado total das Debêntures em circulação, a ser endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar ou recusar, a seu exclusivo critério, a oferta de resgate antecipado total das Debêntures de sua titularidade ("Oferta Facultativa de Resgate Antecipado"), de acordo com as seguintes condições:

- (i) a Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio aos Debenturistas nos termos da Cláusula 4.9 acima, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por uma quantidade mínima de Debêntures; (b) o valor do prêmio de resgate antecipado, caso exista, que não poderá ser negativo; (c) a forma de manifestação, à Emissora, pelos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (d) a data efetiva para o resgate antecipado e o pagamento das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, que será a mesma para todas as Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado e que deverá ocorrer no prazo de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data de publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (e) demais informações necessárias para a tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate antecipado das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- (ii) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado deverão se manifestar nesse sentido à Emissora até o encerramento do prazo a ser estabelecido no Edital de Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis

[Handwritten signatures and initials]

da respectiva data do resgate antecipado, comunicar ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP a respectiva data do resgate antecipado;

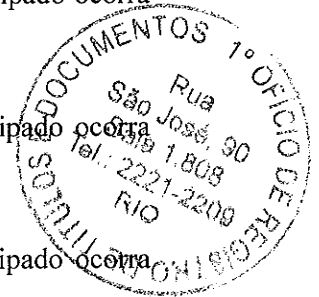
- (iv) o valor a ser pago aos Debenturistas pela Oferta de Resgate Antecipado indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente ao saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios e Multa, se for o caso, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) de prêmio de resgate a ser oferecido aos Debenturistas, a exclusivo critério da Emissora, o qual não poderá ser negativo;
- (v) o pagamento das Debêntures resgatadas antecipadamente por meio da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será realizado nos termos da Cláusula 4.8.1 acima; e
- (vi) com relação às Debêntures (a) que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais da CETIP; e (b) que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, será efetuado em conformidade com os procedimentos operacionais do Escriturador Mandatário.

5.2.2 *Resgate Antecipado Facultativo*

Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, nas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios e com aviso prévio aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a:

- a) 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre a Data de Emissão, inclusive, e 10 de março de 2015, exclusive;

- b) 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de março de 2015, inclusive, e 10 de março de 2016, exclusive;
- c) 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de março de 2016, inclusive, e 10 de março de 2017, exclusive;
- d) 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de março de 2017, inclusive, e 10 de março de 2018, exclusive; ou
- e) 0,90% (noventa centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 10 de março de 2018, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.



5.2.3 Amortização Extraordinária Facultativa

5.2.3.1 Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, nas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios e com aviso prévio aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador Mandatário, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e acrescido de prêmio, incidente sobre a parcela do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação objeto da amortização, acrescido Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, correspondente a:

- a) 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre a Data de Emissão, inclusive, e 10 de março de 2015, exclusive;
- b) 2,90% (dois inteiros e noventa centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre 10 de março de 2015, inclusive, e 10 de março de 2016, exclusive;
- c) 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre 10 de março de 2016, inclusive, e 10 de março de 2017, exclusive;
- d) 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre 10 de março de 2017, inclusive, e 10 de março de 2018, exclusive; ou

[Handwritten signatures and initials]

- e) 0,90% (noventa centésimos por cento), caso a amortização extraordinária ocorra entre 10 de março de 2018, inclusive, e a Data de Vencimento, exclusive.

5.2.3.2 Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal Unitário serão sempre imputados de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal Unitário constantes da Cláusula 4.7 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário.

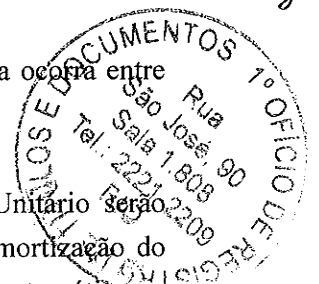
5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 *Hipóteses de vencimento antecipado*

5.3.1.1 Observado o disposto nesta Cláusula 5.3, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e pelos Fiadores, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios e Multa, ao tomar ciência da ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses descritas nas Cláusulas 5.3.1.2 e 5.3.1.3 abaixo (cada uma das hipóteses, uma “Hipótese de Vencimento Antecipado”):

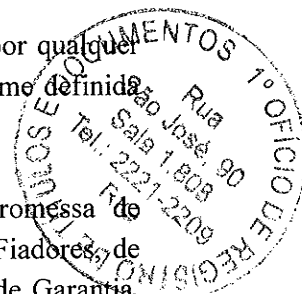
5.3.1.2 Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, ocorrendo qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado indicadas nesta Cláusula 5.3.1.2, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”):

- a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação pecuniária decorrente desta Escritura, não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado do respectivo inadimplemento;
- b) não destinação, pela Emissora, dos recursos líquidos captados com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 3.7 acima;
- c) caso esta Escritura de Emissão venha a se tornar inválida, nula ou inexecutável em decorrência de lei, decreto, ato normativo ou qualquer outro expediente legal, regulamentar ou administrativo, bem como em decorrência de qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral em que se discuta os termos da presente Escritura e/ou da Emissão;



[Handwritten signatures and initials]

- d) questionamento judicial desta Escritura ou das Garantias, pela Emissora, por qualquer Controladora (conforme definida abaixo), por qualquer Controlada (conforme definida abaixo) ou empresas do mesmo grupo de controle, ou pelos Fiadores;
- e) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura ou dos Contratos de Garantia, exceto:
- (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) se em decorrência de uma operação societária que não constitua uma Hipótese de Vencimento Antecipado, nos termos permitidos pelo inciso (j) abaixo;
- f) (i) extinção ou liquidação da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica, exceto se em decorrência de uma operação societária que não constitua uma Hipótese de Vencimento Antecipado, nos termos permitidos pelo inciso (j) abaixo; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica; (iii) pedido de autofalência da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica; (iv) pedido de falência da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica, formulado por terceiros e não elidido devidamente no prazo legal; ou (v) pedido, pela Emissora e/ou pelo Fiador Pessoa Jurídica, de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica, independentemente do deferimento de tal pedido;
- g) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- h) cisão ou fusão da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica, ou, ainda, incorporação da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica (exclusivamente no caso em que a Emissora e/ou o Fiador Pessoa Jurídica seja(m) incorporado(s)), exceto:
- (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;
- i) redução de capital social da Emissora, exceto:



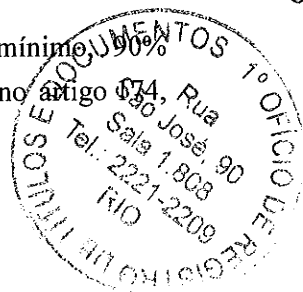
(i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 574, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações; ou

(ii) para a absorção de prejuízos;

- j) amortização de ações de emissão da Emissora e/ou do Fiador Pessoa Jurídica, exceto se previamente autorizado por titulares das Debêntures representando no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
- k) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pela Emissora ou pelos Fiadores nesta Escritura são falsas na data em que foram prestadas;
- l) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, de qualquer Controlada e/ou de qualquer dos Fiadores, junto a instituição financeira ou decorrente de operação no mercado de capitais;
- m) contratação, pela Emissora e/ou Controladas (conforme definidas abaixo), de novos empréstimos e/ou mútuos (i) com qualquer de suas Controladoras (conforme definidas abaixo), coligadas ou acionistas da Companhia; e/ou (ii) com qualquer Controlada em valor superior ao correspondente a 15% (quinze por cento) do Ativo Total (conforme definido abaixo); ou
- n) distribuição ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora superior a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) sobre o lucro líquido ajustado da Emissora, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("Distribuição de Lucros"), sendo certo que, caso a Emissora esteja em mora, independentemente de qualquer prazo de cura previamente acordado, com relação às obrigações decorrentes das Debêntures, a Emissora não poderá realizar qualquer Distribuição de Lucros, até que seja sanada referida mora, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório por lei, ou por previsão no estatuto social vigente da Emissora.

5.3.1.3 Observados os eventuais prazos de cura aplicáveis, ocorrendo qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado indicadas nesta Cláusula 5.3.1.3, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, dentro de 5 (cinco) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de referida hipótese, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre a eventual não decretação do vencimento antecipado das obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures, nos termos das Cláusulas 5.3.2 e 5.3.3 abaixo ("Hipóteses de Vencimento Antecipado Não-Automático");

- a) inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, que não seja sanado no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados do respectivo descumprimento, sendo que este prazo não se aplica às



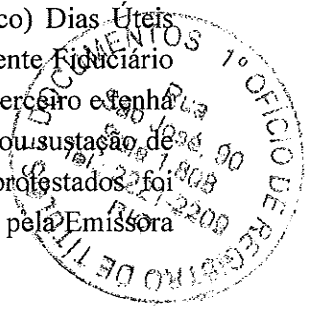
Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and the initials 'Lup' and 'Ei'.

obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer das demais Hipóteses de Vencimento Antecipado;

- b) decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva de invalidade, nulidade ou inexecutabilidade da Fiança e/ou de qualquer dos Contratos de Garantia;
- c) ocorrência de alteração ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, do Controle (conforme definido abaixo) da Emissora, exceto:
- (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
 - (ii) se em decorrência de sucessão legal por *causa mortis*; ou
 - (iii) por alterações do Controle (conforme definido abaixo) direto, desde que o (a) o Controle indireto permaneça inalterado; e (b) o novo Controlador direto da Companhia seja parte do grupo econômico da Emissora;
- d) ocorrência de alteração na composição acionária da Emissora, exceto:
- (i) se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação;
 - (ii) se realizada exclusivamente pelos atuais acionistas da Emissora na data desta Escritura; ou
 - (iii) se em decorrência de sucessão legal por *causa mortis*;
- e) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, exceto se:
- (i) previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação; ou
 - (ii) não resultar em alteração da atividade principal da Emissora;
- e) comprovação de que quaisquer das declarações prestadas pela Emissora ou pelos Fiadores nesta Escritura são incorretas, imprecisas e/ou incompletas, em qualquer aspecto relevante a critério dos Debenturistas, na data em que foram prestadas;
- f) inadimplemento de qualquer dívida ou obrigação pecuniária da Emissora, de qualquer Controlada (conforme definida abaixo) e/ou de qualquer dos Fiadores, junto a instituições financeiras ou decorrente de operação de mercado de capitais;
- g) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizados



anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas que: (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para sua anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (2) o protesto foi cancelado; (3) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo; ou (4) o montante protestado foi devidamente pago pela Emissora e/ou pelo Fiador em questão, conforme o caso;



- h) protestos de títulos fiscais contra a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), atualizados anualmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos contados da data do protesto, tiver sido validamente comprovado ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas que (1) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro e tenha sido tomada medida judicial adequada para sua anulação, cancelamento ou sustação de seus efeitos; (2) o protesto foi cancelado; (3) o valor dos títulos protestados foi depositado em juízo ou dado em garantia em juízo; ou (4) o montante protestado foi devidamente pago pela Emissora e/ou pelo Fiador em questão, conforme o caso;
- i) não cumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer dos Fiadores, de (i) decisão judicial transitada em julgado; ou (ii) decisão arbitral definitiva não questionada nos termos da lei, contra a Emissora;
- j) não cumprimento, pela Emissora e/ou qualquer dos Fiadores, a partir da Data da Emissão, de novas decisões judiciais, administrativas ou arbitrais, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior ao equivalente a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do respectivo inadimplemento;
- k) desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, (i) pela Emissora ou pelo Fiador Pessoa Jurídica de valor superior ao equivalente a 10% (dez por cento) do Ativo Imobilizado (conforme definido abaixo), conforme apurado nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora mais recentes à época; e/ou (ii) pelo Fiador Pessoa Física, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta da totalidade ou de parte substancial de seus ativos;
- l) perda de autorização ou licença, inclusive ambiental, exigida para a manutenção do exercício das atividades essenciais desenvolvidas pela Emissora, desde que não causem um Efeito Adverso Relevante (conforme definido abaixo);
- m) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora, que implique perda de bens da Emissora, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem 10% (dez por cento) do Ativo Imobilizado, conforme apurado nas demonstrações

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

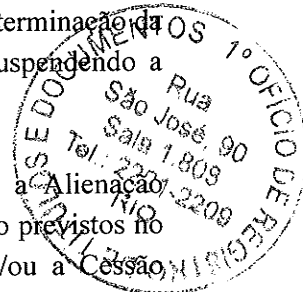
financeiras consolidadas auditadas da Emissora mais recentes à época, exceto se a Emissora comprovar, em até 30 (trinta) Dias Úteis contados da data da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;

- n) com relação à Alienação Fiduciária e/ou à Cessão Fiduciária: (a) se a Alienação Fiduciária não for constituída de acordo com os procedimentos e no prazo previstos no Contrato de Alienação Fiduciária; ou (b) se a Alienação Fiduciária e/ou a Cessão Fiduciária não for(em) reforçada(s) ou substituída(s) de acordo com os procedimentos e dentro do prazo estabelecidos para tal fim nos respectivos Contratos de Garantia, a partir da data de recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito que lhe fizer o Agente Fiduciário; ou
- o) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, independentemente do motivo, de qualquer dos seguintes índices financeiros a serem auditados pelo Auditor Independente (conforme definido abaixo) anualmente, e acompanhados pelo Agente Fiduciário no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento, pelo Agente Fiduciário, das informações a que se refere a Cláusula 6.1 abaixo, incisos (iii) e (iv), tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, nos termos abaixo (“Índices Financeiros”):

(i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida (conforme definido abaixo) pelo EBITDA (conforme definido abaixo), que deverá ser menor ou igual a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos) vez, com relação às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora a partir, inclusive, das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2013;

(ii) índice financeiro decorrente do quociente do somatório da Dívida Líquida e da Dívida Fiscal (conforme definida abaixo) divididos pelo EBITDA, que deverá ser menor ou igual a:

- 1) 3,80 (três inteiros e oitenta centésimos) vezes, com relação às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2013;
- 2) 3,30 (três inteiros e trinta centésimos) vezes, com relação às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2015;
- 3) 3,00 (três inteiros) vezes, com relação às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2016 e às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora subsequentes; e



(iii) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante (conforme definidos abaixo), que deverá ser maior ou igual a 1,00 (uma) vez, com relação às demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora a partir, inclusive, das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a 31 de dezembro de 2014.



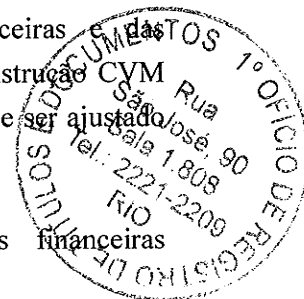
5.3.1.4 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (i) “Ativo Circulante” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, a rubrica “ativo circulante”;
- (ii) “Ativo Imobilizado” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, a rubrica “ativo imobilizado”;
- (iii) “Ativo Total” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, a rubrica “ativo total”;
- (iv) “Controlada” significa qualquer sociedade controlada (conforme definição de Controle) pela Emissora;
- (v) “Controladora” significa qualquer controladora (conforme definição de Controle) da Emissora;
- (vi) “Controle” tem o significado previsto no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) “Dívida Fiscal” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, a rubrica “impostos e contribuições parcelados”, do Passivo Circulante e do Passivo Não Circulante;
- (viii) “Dívida Líquida” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, sem duplicação, (a) o somatório de empréstimos e financiamentos tomados com instituição financeira ou não, emissões de títulos de dívida no mercado local ou internacional, e avais e fianças prestados pela Emissora; (b) menos as disponibilidades (somatório do caixa mais aplicações financeiras); (c) mais os ajustes negativos (Passivo) e menos os ajustes positivos (Ativo) dos instrumentos financeiros – Swap contratados exclusivamente para proteção da variação cambial da dívida, obedecendo às regras contábeis (Ativo/Passivo).
- (ix) “EBITDA” significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre

[Handwritten signatures and initials]

30

o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões, calculado nos termos da Instrução CVM n.º 527, de 4 de outubro de 2012 ("Instrução CVM 527"), o qual pode ser ajustado nos termos permitidos pela Instrução CVM 527;



- (x) "Passivo Circulante" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, a rubrica "passivo circulante"; e
- (xi) "Passivo Não Circulante" significa, com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, a rubrica "passivo não circulante".

5.3.2 As Debêntures não serão declaradas vencidas antecipadamente se, na Assembleia Geral de Debenturistas referida na Cláusula 5.3.1.2 acima, Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação deliberarem pelo não vencimento antecipado das Debêntures.

5.3.3 Caso, uma vez instalada a Assembleia Geral de Debenturistas referida acima, o quórum de deliberação referido na Cláusula 5.3.2 acima não seja atingido, ou caso não haja instalação da Assembleia Geral de Debenturistas referida acima, em segunda convocação, por falta de quórum de instalação, as Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas.

5.3.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada (a) à Emissora, com cópia à CETIP, e (b) ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, dos Encargos Moratórios e Multa, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário.

5.3.5 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.4 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios e Multa, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.4 acima.

5.3.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou, se possível, na quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos na ocorrência de vencimento antecipado das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução de qualquer das Garantias, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações relativas às Debêntures, tais recursos deverão ser imputados, na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam

Sup
es
31
X

alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (a) quaisquer valores devidos pela Emissora e/ou pelos Fiadores nos termos desta Escritura (incluindo a remuneração e as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário), que não sejam os valores a que se referem os itens "b" e "c" a seguir; (b) os Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, e, se for o caso, os Encargos Moratórios e Multa e demais encargos devidos nos termos desta Escritura; e (c) o saldo devedor do Valor Nominal Unitário. A Emissora e os Fiadores permanecerão responsáveis solidariamente pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiver sido pago, sem prejuízo dos acréscimos de Juros Remuneratórios e encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures, enquanto não for pago, declarando a Emissora e os Fiadores, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

6.1 Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura e de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor, a Emissora obriga-se a:

(i) nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:

a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a cada exercício social à auditoria por Auditor Independente (conforme definido abaixo);

c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento do seu exercício social, divulgar em sua página na internet e enviar à CETIP e ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer de auditor independente registrado na CVM ("Auditor Independente"), junto da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção do Índices Financeiros previstos no item (o) da Cláusula 5.3.1.3, devidamente auditados pelo Auditor Independente contratados pela Emissora, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora e/ou ao seu Auditor Independente todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários bem como de declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes da emissão;

d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados no subitem "c" acima em sua página na internet;

e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e às vedações à negociação;

f) divulgar, em sua página na internet, a ocorrência de qualquer fato relevante, conforme definido no artigo 2.º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e à CETIP e ao Agente Fiduciário;

g) fornecer as informações solicitadas pela CVM,; Nota: O texto da Instrução 476 não menciona prazo, nem Agente Fiduciário ou CETIP.

(ii) não divulgar ao público informações referentes à Emissora e à Emissão em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400");

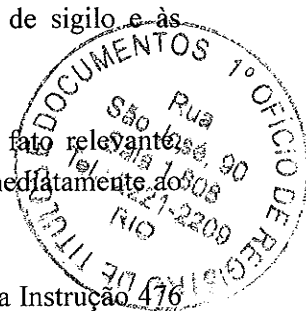
(iii) fornecer ao Agente Fiduciário:

a) em até 1 (um) Dia Útil após sua notificação pelo Agente Fiduciário ou a ciência pela Emissora, o que ocorrer primeiro, (1) informações ou documentos a respeito da ocorrência do inadimplemento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão; e/ou de Hipótese de Vencimento Antecipado; (2) informações ou documentos a respeito do descumprimento de Índices Financeiros; ou (3) informações a respeito da ocorrência de qualquer outro evento que tenha (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais ou nas perspectivas da Emissora, dos Fiadores ou de qualquer sociedade controlada da Emissora; ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora ou dos Fiadores de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura ("Efeito Adverso Relevante");

b) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação necessária ou útil ao exercício de suas funções que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, salvo se houver determinação legal ou administrativa para que referidas informações sejam fornecidas em menor prazo; e

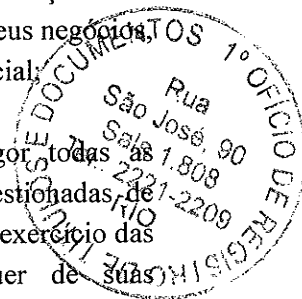
c) informar ao Agente Fiduciário, ao Banco Liquidante e à CETIP, sobre a realização de qualquer pagamento antecipado das Debêntures, com antecedência de no mínimo 2 (dois) Dias Úteis da data prevista para o respectivo pagamento antecipado;

(iv) disponibilizar, até a data de integralização das Debêntures, na rede mundial de computadores da Emissora, cópia das suas demonstrações financeiras consolidadas auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012;



[Handwritten signatures and initials]

- (v) cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial;
- (vi) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial, exigidas para a manutenção do exercício das atividades essenciais desenvolvidas pela Emissora ou por quaisquer de suas Controladas, exceto por aquelas que não causem um Efeito Adverso Relevante;
- (vii) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (viii) manter livros de registro contábeis adequados, nos quais lançamentos completos e corretos em todos os seus aspectos relevantes sejam feitos;
- (ix) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário no CETIP21 até sua liquidação, arcando com os respectivos custos;
- (x) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços relativos às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo, mas não se limitando, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP;
- (xi) efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário;
- (xii) notificar, em até 3 (três) Dias Úteis, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) pela Emissora;
- (xiii) convocar, em até 1 (um) Dia Útil, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário, deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça no prazo aplicável;
- (xiv) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado; e
- (xv) enviar ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto no inciso (xviii) da Cláusula 7.4, os atos societários, dados financeiros e o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive a Controladora, a Controlada, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de Controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações que venham a ser razoavelmente solicitadas pelo Agente Fiduciário para a elaboração do relatório citado no inciso (xvii) da Cláusula 7.4 abaixo.



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

6.2 As obrigações adicionais dos Fiadores são as listadas a seguir:

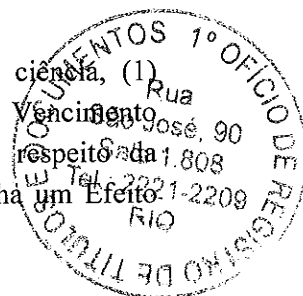
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) Dias Úteis após sua ciência, (1) informações ou documentos a respeito da ocorrência de Hipótese de Vencimento Antecipado relacionados ao respectivo Fiador; ou (2) informações a respeito da ocorrência de qualquer evento relacionado ao respectivo Fiador que tenha um Efeito Adverso Relevante;
- (ii) cumprir as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e judicial;
- (iii) exclusivamente com relação ao Fiador Pessoa Jurídica, manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para a manutenção do exercício das atividades essenciais desenvolvidas pelo Fiador Pessoa Jurídica, exceto por aquelas que não causem um Efeito Adverso Relevante; e
- (iv) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura e ao cumprimento de todas as suas obrigações aqui previstas, se houver.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.

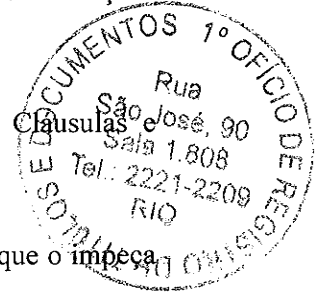
7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) ser instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3.º, da Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (iii) está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and several smaller initials.

- (iv) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (v) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas cláusulas e condições;
- (vi) não ter qualquer ligação com a Emissora e/ou com qualquer dos Fiadores que o impeça de exercer suas funções;
- (vii) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (viii) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (ix) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (x) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (xi) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das Hipóteses de Vencimento Antecipado, descritas na Cláusula 5.3 desta Escritura de Emissão;
- (xii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xiii) inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Emissora e/ou por coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28;
- (xiv) que verificou a veracidade das declarações e informações prestadas pela Emissora, por meio das informações fornecidas por esta, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e
- (xv) o representante legal do Agente Fiduciário que assina esta Escritura de Emissão tem poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário, tem os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor.



7.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 7.3 abaixo.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário.

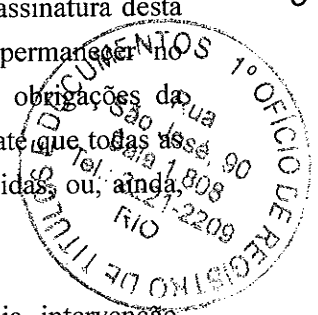
7.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, solicitando sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) especialmente convocada para esse fim.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita (a) à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8.º da Instrução CVM 28 e (b) a eventuais normas posteriores.

7.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCESC e no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature and the number 37.

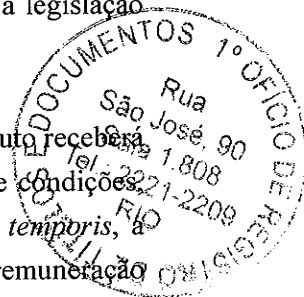
efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.7 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (ii) custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 7.10 abaixo (e subcláusulas); e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- (iii) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens e negócios;
- (iv) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (v) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (vi) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vii) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição e/ou o registro desta Escritura e eventuais aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;



- (viii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes das tais informações;
- (ix) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (x) verificar a regularidade da constituição das Garantias, e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (xi) examinar proposta de substituição dos bens dados em garantia, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xii) intimar a Emissora e os Fiadores a reforçar a Alienação Fiduciária e a Cessão Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia;
- (xiii) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, às expensas da Emissora e/ou dos Fiadores, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e/ou dos Fiadores e, também, da localidade onde se situem os Imóveis Alienados Fiduciariamente;
- (xiv) solicitar, quando considerar necessário para o exercício de suas funções, de forma justificada, auditoria extraordinária na Emissora e/ou dos Fiadores, mediante aviso prévio, por escrito, de 10 (dez) Dias Úteis;
- (xv) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura;
- (xvi) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xvii) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1.º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;



[Handwritten signatures and initials]

39

- (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora, especialmente em relação aos indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização do Valor Nominal Unitário e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e nos Contratos de Garantia;
- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
- (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por coligada, Controlada, Controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões, previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (k) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias.
- (xviii) colocar o relatório de que trata o item (xvii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:
- (a) na sede da Emissora;
- (b) no escritório do Agente Fiduciário;
- (c) na CVM;
- (d) na CETIP; e



Handwritten signatures and initials, including a large signature, "Es", "Sup", and "40".

- (e) na sede do Coordenador Líder;
- (xix) publicar, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvii) acima;
- (xx) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a divulgarem, a qualquer momento, a posição das Debêntures, bem como relação dos Debenturistas;
- (xxi) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e dos Contratos de Garantia, especialmente (a) daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informando prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas; e (b) daquela relativa à observância dos Índices Financeiros;
- (xxii) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP; e
- (xxiii) disponibilizar diariamente aos Debenturistas e aos demais participantes do mercado, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, através de sua central de atendimento e/ou *website*.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora não sanado nos prazos previstos nesta Escritura, observados os termos aqui previstos:

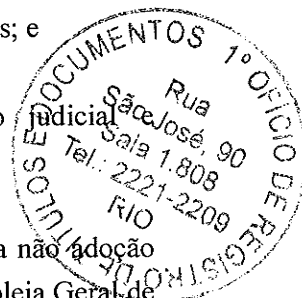
- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (ii) executar as Garantias de acordo com os termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora, caso não existam garantias reais;



[Handwritten signatures and initials]

41

- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.



7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, como honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, o correspondente a uma remuneração anual de R\$7.000,00 (sete mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) Dia Útil após a assinatura da presente Escritura de Emissão, e os demais pagamentos nas mesmas datas dos anos subsequentes, até a Data de Vencimento ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

7.7.1 As parcelas citadas no item 7.7 acima serão reajustadas pelo IGP-M/FGV ou, na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário.

7.7.2 As parcelas citadas no item acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7.4 A remuneração será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e não inclui o pagamento de honorários a terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

[Handwritten signatures and initials]

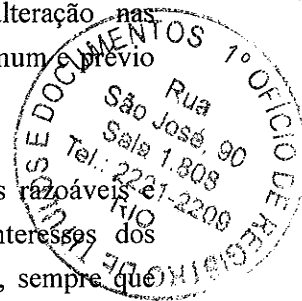
7.7.5 Eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ou alteração nas características e/ou garantias da Emissão facultarão ao Agente Fiduciário, em comum acordo com a Emissora, a revisão dos honorários acima dispostos.

7.7.6. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas usuais que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, as quais serão consideradas aprovadas caso a Emissora não se manifeste no prazo de 10 (dez) Dias Úteis) contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, acompanhada de cópia dos documentos comprobatórios.

7.7.7. As remunerações não incluem as despesas com viagens, alimentação, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, sempre que possível, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas e assessoria legal ao Agente Fiduciário. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da presente operação, serão suportadas pela Emissora.

7.7.8. No caso de inadimplemento da Emissora e/ou dos Fiadores, todas as despesas que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora e/ou dos Fiadores, desde que devidamente comprovadas e razoáveis. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora e/ou dos Fiadores permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

7.7.9 As despesas a que se refere a Cláusula 7.7.8 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas razoavelmente e de forma comprovada com: (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) extração de certidões; (iii) locomoções entre Estados da Federação, alimentação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e (iv) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.7.10 O Agente Fiduciário compromete-se a agir em conformidade com as instruções transmitidas pelos Debenturistas, não podendo ser responsabilizado pelos prejuízos decorrentes do estrito cumprimento das orientações destes, salvo nos casos em que os prejuízos aos Debenturistas forem causados por culpa ou dolo do Agente Fiduciário no exercício de suas funções, nos termos dos artigos 68, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, e 17 da Instrução CVM 28.

7.8 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou, ainda, em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

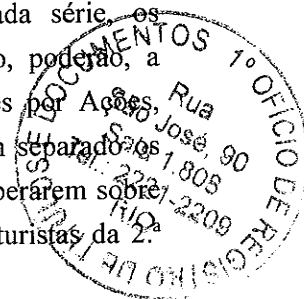
7.9 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"), observado que:

(i) quando o assunto a ser deliberado for comum a todas as séries de Debêntures, os Debenturistas de todas as séries deverão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral conjunta, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas de todas as séries; e

(ii) quando o assunto a ser deliberado for específico a uma determinada série, os Debenturistas da 1.ª Série ou os Debenturistas da 2.ª Série, conforme o caso, poderão, a qualquer tempo, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, reunir-se em assembleia geral, que se realizará em separado, computando-se em separado os respectivos quóruns de convocação, de instalação e de deliberação, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da 1.ª Série ou dos Debenturistas da 2.ª Série, conforme o caso.



8.1.1 Para os fins desta Escritura de Emissão, o assunto a ser deliberado será considerado específico a determinada série sempre que e somente se referir-se a alterações (i) no caso das Debêntures da 1.ª Série, da Alienação Fiduciária; e (ii) no caso das Debêntures da 2.ª Série, da Cessão Fiduciária.

8.1.2 Os procedimentos previstos nesta Cláusula 8 serão aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas de todas as séries e às Assembleias Gerais de Debenturistas da 1.ª Série ou às Assembleias Gerais de Debenturistas da 2.ª Série, conforme o caso, e os quóruns aqui previstos deverão ser calculados levando-se em consideração o total de Debêntures de todas as séries ou o total de Debêntures da respectiva série, conforme o caso.

8.2. As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.

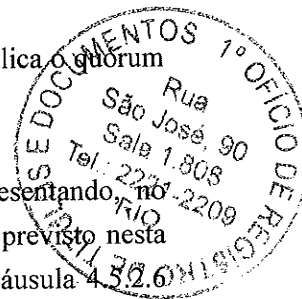
8.3. A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas ou dos Debenturistas da respectiva série, conforme o caso.

8.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas da Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação ou das Debêntures da respectiva série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.

8.5 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto na Cláusula 8.1 acima (e subcláusulas) e exceto pelo disposto na Cláusula 8.5.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

[Handwritten signatures and initials]

8.5.1 Observado o disposto na Cláusula 8.1 acima (e subcláusulas), não se aplica o quórum a que se refere à Cláusula 8.5 acima:



(i) às alterações, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) de quórum previsto nesta Escritura de Emissão; (b) dos Juros Remuneratórios, exceto pelo disposto na Cláusula 8.5 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da criação de evento de repactuação; (f) da redação de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a uma Hipótese de Vencimento Antecipado, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 8.5 acima; (g) das disposições relativas a aquisição antecipada facultativa; (h) das disposições relativas a amortizações extraordinária; (i) das disposições relativas à Oferta de Resgate Antecipado; (j) da Fiança; e (k) das disposições desta Cláusula;

(ii) às alterações, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas da 1.ª Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 1.ª Série em circulação, (a) da espécie das Debêntures da 1.ª Série; e (b) da Alienação Fiduciária; e

(iii) às alterações, as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas da 2.ª Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da 2.ª Série em circulação, (a) da espécie das Debêntures da 2.ª Série; e (b) da Cessão Fiduciária.

8.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Emissora, a qualquer dos Fiadores; (ii) a qualquer Controladora ou Controlada; ou (iii) a qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

8.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais.

8.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9 A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá ao debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

8.11 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.



9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DOS FIADORES

9.1 A Emissora declara e garante, nesta data, aos Debenturistas, que:

- a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- b) está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- c) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, inclusive em relação às Garantias, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- e) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI Over, tendo sido a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé;
- f) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- g) as demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora, naquela data e para aqueles períodos, e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- h) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- i) a celebração, os termos e as condições desta Escritura, o cumprimento das obrigações aqui previstas (1) não infringem seus documentos societários; (2) não infringem

[Handwritten signatures and initials]

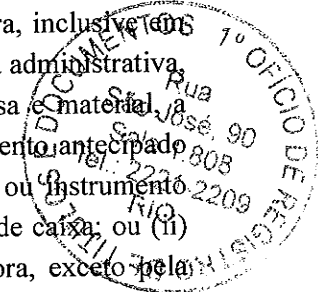
47

qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura, inclusive em relação à Fiança; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; e (4) não resultarão em (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem da Emissora, exceto pela Alienação Fiduciária e pela Cessão Fiduciária;

- j) está cumprindo as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- k) está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- l) não há (1) descumprimento, pela Emissora, de qualquer disposição contratual ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação ou processo judicial, administrativo ou arbitral ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, que, em qualquer caso, (i) possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (ii) vise a anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar esta Escritura ou as Garantias;
- m) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- n) não omitiu qualquer fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora e/ou dos Fiadores em prejuízo dos Debenturistas.

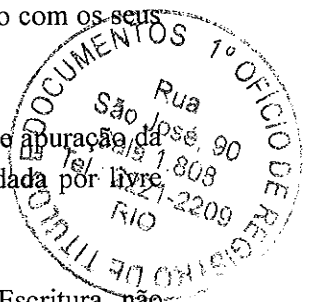
9.2 Os Fiadores declaram, conforme aplicável, na data de assinatura da presente Escritura, que:

- a) estão devidamente autorizados a celebrar a presente Escritura e a cumprir todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e societários necessários para tanto;
- b) as pessoas que os representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, no caso do Fiador Pessoa Jurídica;



Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page, including a large signature and several initials.

- c) esta Escritura e as obrigações aqui previstas, inclusive em relação à Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes dos Fiadores, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- d) têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, tendo sido a forma de cálculo dos Juros Remuneratórios acordada por livre vontade dos Fiadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- e) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, não tendo ocorrido, na presente data, qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- f) os documentos, as informações e os materiais informativos fornecidos são verdadeiros, consistentes, corretos e suficientes e estão atualizados até a data em que foram fornecidos;
- g) a celebração, os termos e as condições desta Escritura, o cumprimento das obrigações aqui previstas, conforme aplicável: (1) não infringem seus respectivos documentos societários; (2) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual os Fiadores sejam parte e que possa afetar, de forma material, as obrigações assumidas nesta Escritura; (3) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face dos Fiadores que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; e (4) não resultarão em: (i) vencimento antecipado ou rescisão de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento que afete, de maneira adversa e material, a capacidade de sua geração de caixa; ou (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre ativo ou bem dos Fiadores;
- h) estão cumprindo as leis, os regulamentos, as normas administrativas e as determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- i) estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- j) não há (1) descumprimento por qualquer dos Fiadores de qualquer disposição contratual ou legal ou de ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (2) qualquer ação judicial ou procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental: (i) que possa ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade dos Fiadores de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou, de qualquer forma, afetar esta Escritura ou a Garantia; e



[Handwritten signatures and initials]

49

- k) não há qualquer ligação entre os Fiadores e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.

9.3 A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas, devidamente comprovados (incluindo custos judiciais e honorários advocatícios razoáveis), diretamente incorridos pelos Debenturistas em razão da falsidade ou da incorreção de quaisquer das declarações prestadas acima.

9.4 A Emissora e os Fiadores, na data de sua ciência, comprometem-se a, em até 2 (dois) Dias Úteis, notificar o Agente Fiduciário e os Debenturistas caso quaisquer das declarações aqui prestadas sejam falsas, incorretas, imprecisas ou incompletas na data em que foram prestadas, podendo ou não ter um Efeito Adverso Relevante na capacidade da Emissora ou dos Fiadores de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura.

10. NOTIFICAÇÕES

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

ELIANE S.A. – REVESTIMENTOS CERÂMICOS

Rua Maximiliano Gaidzinski, n.º 245

CEP 88845-000, Cocal do Sul, SC

At.: Diretoria Financeira/Gerência Financeira

Tel.: (48) 3447-7546

Fax: (48) 3447-7962

e-mail: simone.martins@eliane.com

alexandrina.rocha@eliane.com

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca

CEP: 22640-102, Rio de Janeiro – RJ

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

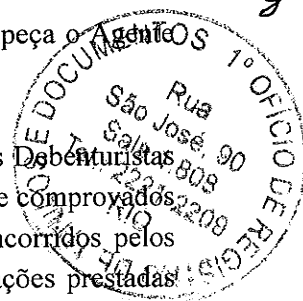
Fax: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br

- (iii) Para os Fiadores:

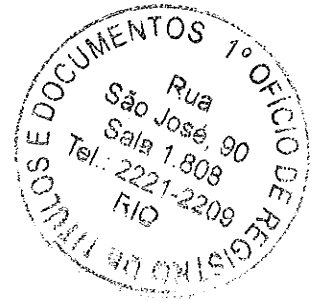
MAX – ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Rua Maximiliano Gaidzinski, n.º 245, sala 18, Centro



Frederico
Sup
50
X

CEP 88845-000, Cocal do Sul, SC
At.: Sr. Vicente Gaidzinski
Tel.: (48) 3447-7510 / 3447-7512
Fax: (48) 3447-7514
e-mail: vicgaid@eliane.com



EDSON GAIDZINSKI JUNIOR

Rua Santo Antônio, n.º 414, apto. 101, Ed. Césares, Centro
CEP 88801-440, Criciúma, SC,
Tel.: (48) 3447-7505
Fax: (48) 3447-7962
e-mail: edson.gaidzinski@eliane.com

10.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

10.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 10 (dez) Dias Úteis após o envio da mensagem.

10.4 A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora ou dos Fiadores prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.

11.2 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão válidas e eficazes todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

11.3 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.4 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas

[Handwritten signatures and initials]
51

nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.



11.5 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores a qualquer título.

11.6 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, bem como de seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

11.7 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.

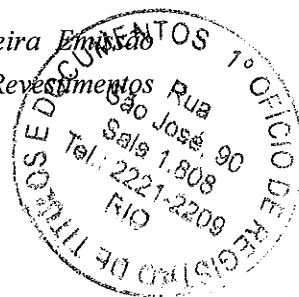
12. FORO

12.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

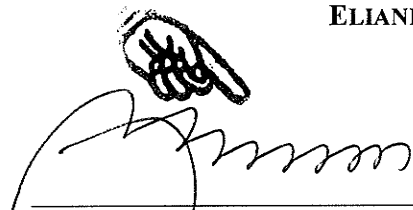
E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Cocal do Sul, 18 de março de 2014.

[Página 1/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão
Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Eliane S.A. - Revestimentos
Cerâmicos]



ELIANE S.A. REVESTIMENTOS CERÂMICOS

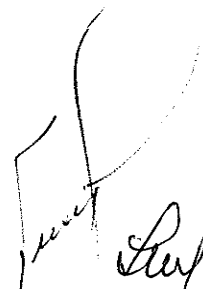

Por: **Simone Lucas Martins**
Diretora Administrativa Financeira
Cargo:


Por: **Edson Gaidzinski J**
Cargo: **Diretor Presidente**

Estado de Santa Catarina
Escrivança de Paz
MARGARETH NUNES NUERNBERG - Escrivã de Paz
Rua Irmã Julia, 116, Centro, Cocal do Sul - SC, 88846-000 - 48-3447 6024 -
cartariococal@terra.com.br
Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
SIMONE LUCAS MARTINS (DKV76152-ZH7T) *****
EDSON GAIDZINSKI JÚNIOR (DKV76153-YX1H) *****

Emolumentos: 2 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 4,80 | 2 Selo de
Fiscalização Pago R\$ 2,90 | Total R\$ 7,70 | Recibo nº: 64776
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dout. Cocal do Sul - 21 de março de 2014
STÉFAN NUERNBERG - Escrevente




53

[Página 2/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Eliane S.A. - Revestimentos Cerâmicos]



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS



[Handwritten signature]

Por:
Cargo:

Ana Paula de Oliveira
Procuradora
RG: 28.306.958-2
CPF: 216.001.828-79

12º TABELÃO de NOTAS
CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Alameda Santos, 1.470 - São Paulo - SP - Cep 01418-100
BEL HOMERIO SANTO TABELÃO - Tel. (11) 3549-6277 - Fax (11) 3284-6362

Reconheço por semelhança a firma: ANA PAULA DE OLIVEIRA,
a qual confere com o padrão depositado em Cartório.
São Paulo, 18 de Março de 2014
Em testemunho da verdade.
Elaine Xavier Fialho - Esc. Autorizado
1403180957264 Firma: R\$ 6,80; Total: R\$ 6,80

CARTÓRIO DO 12º TABELÃO DE NOTAS
Al. Santos, 1470
Elaine Xavier Fialho
Escrevente Autorizada

1042AA854609

[Handwritten signatures and initials]

[Página 3/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Eliane S.A. - Revestimentos Cerâmicos]



MAX – ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Lara Maria Silva Gaidzinski

Por: Lara Maria Silva Gaidzinski
Cargo: Diretora

Por: Vicente Gaidzinski
Cargo: Diretor

Estado de Santa Catarina

Escrivania de Paz

MARGARETH NUNES NUERNBERG - Escrivã de Paz
Rua Irmã Julia, 115, Centro, Cocal do Sul - SC, 88845-000 - 48-3447 6024 -
cartoriococal@terra.com.br

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
LARA MARIA SILVA GAIDZINSKI (DKV76166-4HE) *****
VICENTE GAIDZINSKI (DKV76167-AV4X) *****

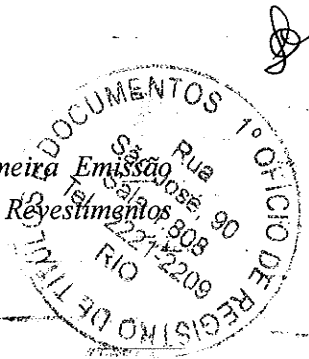
Emolumentos: 2 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 4,80 | 2 Selo de
Fiscalização Pago R\$ 2,90 | Total R\$ 7,70 | Recibo Nº: 64776
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dou fé Cocal do Sul - 21 de março de 2014

STÉFAN NUERNBERG - Escrivente



55

[Página 4/4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão
Pública de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Eliane S.A. - Revestimentos
Cerâmicos]




EDSON GAIDZINSKI JUNIOR

Com a expressa anuência de seu cônjuge:


SARAH JUNQUEIRA BARBOUR GAIDZINSKI

1º Ofício do Registro de Títulos e Documentos
Cidade do Rio de Janeiro

Rua São José, 90 - Centro - Rio de Janeiro - RJ, CEP 22211-2209
Apresentado hoje, protocolado e
registrado em mídia ótica sob o No.

1850023

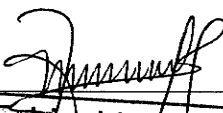
Rio de Janeiro, 28/03/2014
CYNTHIA SUMERINI MACHADO
02102626396

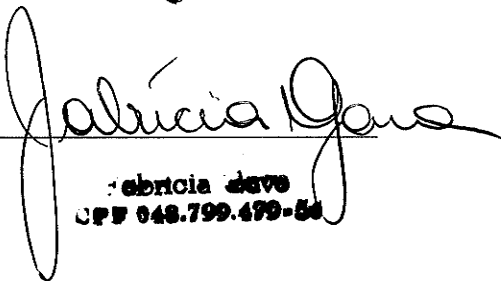
Poder Judiciário - TJ-RJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EACZ 26570 HEB

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>

Testemunhas:

1. 
Nome: Fabiani Kanarek
RG: CPF - 037.798.009-93

2. 
Nome: Fabícia Gava
RG: CPF 048.799.479-54

Estado de Santa Catarina
Escritório de Paz
MARGARETH NUNES NUERNBERG - Escrivã de Paz
Rua Irmã Julia, 116, Centro, Cocal do Sul - SC, 88945-000 - 48-3447 6024 -
cartorioococal@terra.com.br

Reconheço por semelhança a(s) assinatura(s) abaixo indicada(s) e dou fé.
EDSON GAIDZINSKI JÚNIOR (DKV76182-CA2B) *****
EDSON GAIDZINSKI JÚNIOR (DKV76183-ITMM) *****
FABIANI KANAREK (DKV76184-U263) *****
FABRICIA GAVA MIRANDA (DKV76185-MFM2) *****

Emolumentos: 4 Reconhecimento de firma por semelhança R\$ 9,60 | 4 Selo de
Fiscalização Pago R\$ 6,80 | Total R\$ 16,40 | Recibo Nº: 64277.
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br>
Dou fé, Cocal do Sul, 21 de março de 2014

STÉFAN NUERNBERG - Escrivente



56

Estado de Santa Catarina
Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
Lezy Maria Damiani - Oficial Designada
Praça Anita Garibaldi, 171, Centro, Urussanga - SC, 88840-000 - (48)
3465-2582 - rc.urussanga@hotmail.com

Certidão de Registro de Títulos e Documentos
Protocolo: 15821 Data: 25/03/2014 Qualidade: Integral
Registro: 017814 Data: 25/03/2014 Livro: B-125 Folha: 226

Apresentante: ELIANE S.A REVESTIMENTOS CERAMICOS
Emolumentos: Registro: R\$ 1.040,00, Selo: R\$ 1,45, FRJ: R\$520,00 -

Total R\$1.581,45 - Recibo nº: 25105
Selo Digital de Fiscalização do tipo Normal - DKC48489-8505
Confira os dados do ato em <http://selo.tjsc.jus.br/>
Dois/fe, Urussanga - 25 de março de 2014


LENYO DAMIAN - Escrevente Substituto

